

ENTRE TRADIÇÃO E RUPTURA: O PROJETO HISTORIOGRÁFICO DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES NA EXPLICAÇÃO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA BRASILEIRA

ENTRE LA TRADICIÓN Y LA RUPTURA: EL PROYECTO HISTORIOGRÁFICO DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES PARA EXPLICAR LA FORMACIÓN HISTÓRICA DE BRASIL.

BETWEEN TRADITION AND RUPTURE: THE HISTORIOGRAPHICAL PROJECT OF JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES IN EXPLAINING THE HISTORICAL FORMATION OF BRAZIL

JUNIOR, PAULO ALVES

Professor Adjunto de Historiografia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (**UNILAB**). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira

E-mail: pauloalvesjr@unilab.edu.br

RESUMO

O artigo analisa o projeto historiográfico de José Honório Rodrigues, destacando sua interpretação da formação histórica brasileira a partir das categorias de conciliação, conciliadores e história cruenta. A partir das obras *Aspirações Nacionais* (1963) e *Conciliação e Reforma Política no Brasil* (1965), demonstra-se como o autor identifica na conciliação um mecanismo que assegurou a permanência das elites no poder e bloqueou reformas estruturais ao longo do processo histórico brasileiro. Argumenta-se que a elite agrária, ancorada no tradicionalismo, operou de forma antirreformista, reprimindo as aspirações populares e transformando as manifestações dos setores subalternos em episódios de violência política. O texto evidencia também o uso da formulação goldmanniana de “visão social de mundo” como instrumento analítico para compreender a inserção social da produção honoriana. Conclui-se que o historiador oferece uma interpretação crítica da história do Brasil ao demonstrar que a ruptura com o atraso histórico somente será possível com a emergência de lideranças criadoras, de um Estado democrático substantivo e da participação efetiva do povo na vida política nacional.

PALAVRAS-CHAVE: José Honório Rodrigues; Historiografia brasileira; Conciliação política; Tradição e elites; História cruenta.

RESUMEN

El artículo analiza el proyecto historiográfico de José Honório Rodrigues, destacando su interpretación de la formación histórica brasileña a partir de las categorías de conciliación, conciliadores e historia cruenta. A partir de las obras *Aspiraciones Nacionales* (1963) y *Conciliación y Reforma Política en Brasil* (1965), se demuestra cómo el autor identifica en la conciliación un mecanismo que aseguró la permanencia de las élites en el poder y bloqueó reformas estructurales a lo largo del proceso histórico brasileño. Se argumenta que la élite agraria, anclada en el tradicionalismo, actuó de forma antirreformista, reprimiendo las aspiraciones populares y transformando las manifestaciones de los sectores subalternos en episodios de violencia política. El texto también evidencia el uso de la formulación goldmanniana de “visión social del mundo” como instrumento analítico para comprender la inserción social de la producción honoriana. Se concluye que el historiador ofrece una interpretación crítica de la historia de Brasil al demostrar que la superación del atraso histórico solo será posible con la emergencia de liderazgos creadores, de un Estado democrático sustantivo y de la participación efectiva del pueblo en la vida política nacional.

PALABRAS CLAVES: José Honório Rodrigues; Historiografía brasileña; Conciliación política; Tradición y élites; Historia cruenta.

ABSTRACT

The article examines the historiographical project of José Honório Rodrigues, highlighting his interpretation of Brazilian historical formation through the categories of conciliation, conciliators, and “bloody history.” Based on the works *Aspirações Nacionais* (1963) and *Conciliação e Reforma Política no Brasil* (1965), the study demonstrates how the author identifies conciliation as a mechanism that ensured the permanence of the elites in power and obstructed structural reforms throughout the Brazilian historical process. It argues that the agrarian elite, anchored in traditionalism, operated in an anti-reformist manner by suppressing popular aspirations and transforming the manifestations of subaltern sectors into episodes of political violence. The text also points to the use of Goldmann’s formulation of “social vision of the world” as an analytical tool for understanding the social insertion of Rodrigues’s intellectual production. It concludes that the historian offers a critical interpretation of Brazilian history by demonstrating that overcoming historical backwardness is only possible through the emergence of creative leaderships, a substantive democratic state, and the effective participation of the people in national political life.

KEYWORDS: José Honório Rodrigues; Brazilian historiography; Political conciliation; Tradition and elites; Bloody history.



INTRODUÇÃO

A reflexão historiográfica proposta por José Honório Rodrigues (1913-1987) insere-se no esforço de problematizar as condições de produção do conhecimento histórico no Brasil, ao articular categorias analíticas capazes de revelar as mediações entre estrutura social, cultura política e longa duração. Em suas obras de inflexão interpretativa, *Aspirações Nacionais* (1963) e *Conciliação e Reforma Política no Brasil* (1965), o autor desloca a narrativa histórica do registro descritivo para um horizonte explicativo, no qual a conciliação é compreendida como forma histórica de dominação e como dispositivo de reprodução das elites na temporalidade do Estado brasileiro. Ao historicizar o liberalismo oligárquico e suas manifestações, Rodrigues evidencia que o funcionamento do poder político não pode ser apreendido senão mediante a crítica das lógicas de exclusão social, dos mecanismos de violência simbólica e da constituição de uma memória nacional produzida desde o ponto de vista das classes dirigentes. Nesse sentido, seu projeto heurístico tensiona os limites epistemológicos da historiografia tradicional e reafirma a necessidade de pensar a história como campo atravessado por disputas de poder e por regimes de visibilidade do passado, reivindicando uma escrita histórica capaz de restituir centralidade analítica às contradições e às aspirações populares silenciadas.

A argumentação honoriana visa analisar a realidade social e política do país a partir do conhecimento adquirido como teórico da história, identificando no passado elementos explicativos do presente. Por isso, este artigo pretende investigar a base interpretativa do historiador, ou seja, a proposta heurística presente nessas obras, sendo a “conciliação” e o “conciliador” um categorias fundamentais para o entendimento político e social do Brasil e a “história cruenta” uma particularidade da dinâmica imanente do liberalismo brasileiro.

O historiador em tela foi professor e ensaísta, nasceu no Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1913, e faleceu na mesma cidade em 6 de abril de 1987. Era filho do comerciante Honório José Rodrigues e de Judith Pacheco Rodrigues. Fez os cursos ginasial e clássico no Externato Santo Antônio Maria Zacarias, Ginásio São Bento e Instituto Superior de Preparatórios. Ingressou na Faculdade de Direito da então Universidade do Brasil. Quando estudante, escrevia para a revista *A Época*, da Faculdade de Direito. Formou-se na turma de 1937.

Em 1978 houve debate a respeito do recém-lançado livro de José Honório Rodrigues, *História da História do Brasil*, em que, ao ser questionado se a obra poderia ser inserida no “projeto nacionalista” em que o autor se lançara a partir dos anos de 1950, Honório ofereceu uma resposta contundente:

Minha viragem para os problemas do presente, para fazer com que a história fique ligada, tente responder às indagações presentes, resulta de duas coisas: primeiro de certas influências de caráter filosófico, e da problemática nacional que vai se agravando; e da minha entrada para a Escola Superior de Guerra. Em 1955, quando entro na ESG, deparo com aquela problemática nacional toda, pois a escola nessa época era muito aberta, ouvia todas as tendências, e eu vivia até então num ambiente fechado, muito erudito. Senti que o historiador tinha que estar mais atualizado com o seu presente para que realmente pudesse buscar no passado aquilo que respondesse as interrogações do presente (RODRIGUES, 1986: 151).

Desse modo José Honório Rodrigues apresentava as motivações para a inflexão em sua produção intelectual. O historiador responsável por expressiva produção em teoria e metodologia da história abria espaço para o intelectual que procurava estabelecer um diálogo com os problemas e a complexidade da sociedade brasileira a partir do final da década de 1950, desse momento são as obras *“Aspirações nacionais”* (1963)ⁱ e *“Conciliação e reforma política no Brasil”* (1965), seu ponto de inflexão, pois o intuito é a intervenção a fim de denunciar os problemas perpetuados na sociedade que limitam as aspirações e necessidades mais prementes do povo brasileiro. Uma produção que objetiva, de forma imediata, interferir nos debates que o contexto sociopolítico do país impunha. Assim, as obras mencionadas vislumbram um roteiro interpretativo da sociedade brasileira, pois o autor explicita as condições em que a *conciliação* foi uma prática que pouco atendeu às aspirações nacionais.

Acompanhando o argumento de Honório, pretende-se apontar os artífices da política brasileira que em suas práticas foram conciliadores com o povo, discute como expressavam o movimento de liberalismo político em suas ações e resgata a conceituação honoriana a respeito da história cruenta. Entende-se que a relação entre história cruenta ou incruenta foi utilizada para explicitar o resultado de uma política conciliatória sem que houvesse qualquer melhoria para



maior parte da população. As tentativas de manifestação de descontentamento dos setores subalternos resultaram em medidas de violência por parte das lideranças tradicionais que tinham aversão a sucumbir às legítimas aspirações do povo brasileiro. A obra de José Honório Rodrigues busca identificar nos conciliadores ao longo da História do Brasil os que propunham um projeto de Estado-Nação que contemplasse as necessidades básicas e imediatas de uma parcela significativa do país.

A história do Brasil tornou-se cruenta quando houve manifestações por parte de setores subalternos que questionaram toda forma de liderança tradicionalista que enxerga o poder como prática de atendimento aos interesses de seus próprios representantes, isto é, os que se conciliavam somente entre seus pares de classe social. Outro aspecto que José Honório denuncia é que mesmo nos momentos de violência – história cruenta – houve intelectuais que tentaram minimizar a forma de ação da elite, sendo os responsáveis por uma tradição do pensamento conservador no Brasil.

Ao depararmos com uma produção intelectual que apresentou subsídios para melhor compreendermos as contradições da sociedade brasileira, cabe destacar que esta relaciona-se a certa concepção da realidade e sua análise pauta-se em determinado “chão social” que apresenta nexos com a realidade. Por isso, a formulação goldmanniana de “visão social do mundo”ⁱⁱ será utilizada na análise a fim de manter o vínculo de sua produção com as representações e ilações como intelectual dos grupos e classes sociais com quem trava um diálogo velado ou revelado.

LIMITES DA CONCILIAÇÃO: O TRADICIONALISMO DA ELITE DIRIGENTE

Se recuperarmos o processo de formação da sociedade brasileira e identificarmos como marco histórico plausível de análise o período originário da história brasileira de chegada de portugueses, o primeiro contato dos europeus com a civilização nativa, a relação de escambo, notaremos ali a prática conciliatória. Caramuru (Diogo Álvares) era o responsável pela seguinte façanha: conciliador não hostil e violento à população nativa, que também não tomava qualquer medida contrária aos interesses da Coroa Portuguesa, pois “vivia bem entre portugueses e indígenas” (RODRIGUES, 1965: 24). Assim começava a prática conciliatória, uma forma de manutenção dos pressupostos institucionais da política ao longo da história, uma defesa dos *status quo* encabeçada pelos conciliadores que não se aventuravam a agir para defender os interesses da maioria do povo brasileiro, mas que tentavam colocar em prática um modo de aproximação ou elo, mesmo que de forma arbitrária, entre os dois polos antagônicos na sociedade.

A política de conciliação mostra o quanto o espírito antirreformista dominou nossa história e a conciliação formal, partidária, visava a romper o círculo de ferro do Poder, para as facções divergentes, os dissidentes, pudessem dele fazer parte. Quando o acordo, feito sempre sem nenhum benefício nacional e popular, demorava muito, os dissidentes indignavam-se e conspiravam. Foi esse o papel dos liberais na história brasileira. Derrotados nas urnas e afastados do Poder, foram se tornando, além de indignados, intolerantes e construíram uma concepção conspiratória da História, que considerava indispensável a intervenção do ódio, da intriga, da impiedade, do ressentimento, da intolerância, da intransigência, da indignação para o sucesso inesperado e imprevisto, tal como sucedeu em várias partes, de suas forças minoritárias. (RODRIGUES, 1965: 11).

A ação derivada da liderança política não colocava em conflito os interesses da elite nacional, uma vez que seu supremo poder colidia contra qualquer grupo ou facção que elaborasse algum projeto questionador à ordem e a “conspiração” do ponto de vista teórico era o instrumento manipulador usado nesses momentos. José Honório aponta os limites dessa conciliação quanto ao modo de controle em direção do Estado brasileiro, pois impera no Brasil um tradicionalismo que ganha a força e encastela-se no poder político, utilizando-o “a ferro e fogo” mantendo o cenário político social sem alteração. Assim, a política de conciliação foi quase sempre uma mistificação e serviu para “tapear o curso da história”.

A prosa honoriana desvela os subterfúgios criados para que a sociedade não apresentasse condições de mudança. A fim de exemplificar uma sociedade em que as ondulações quase não existem, Honório identifica no Brasil uma estabilidade granítica que se perpetua, sendo o que melhor caracteriza esse continuísmo era o tradicionalismo:

As forças de resistência à mudança no Brasil são tradicionais e nelas se destacam a resistência jurídica a parlamentar, expressões intelectuais da estrutura econômico-social arcaica. (...) A produção



intelectual não deve falar em nome da Tradição, mas da Verdade. Uma produção intelectual *in statu pupilari* pode ter como missão engrandecer as elites e enfraquecer o povo. Pois é com ele, com suas virtudes e seus erros, que temos de contar para fabricar o destino brasileiro. (RODRIGUES, 1965: 13).

Sob essa perspectiva, o povo brasileiro oprimido pelas elites nunca encontrou um momento da história em que seu papel foi destacado, sendo a prática (quase como regra) apequená-lo. Honório idêntica momentos em que a conciliação foi uma prática das elites que não permitia maior ação dos setores subalternos e tomava de lance as aspirações do povo, impondo pequenas e pontuais mudanças como se fossem avanços expressivos. As coalizões e antagonismos entre as forças renovadoras que defendiam um sistema político com mais integração da sociedade e as lideranças arcaicas que defendiam os meios mais anti-povo foram o aspecto político dominante no Brasil e daí “as monstruosidades sociais e educacionais” (RODRIGUES, 1965: 103).

Essa forma tão violenta e pouco integradora (que tinha meta como satisfazer as necessidades da estrutura econômica portuguesa em pleno desenvolvimento) e o tradicionalismo da elite portuguesa eram os obstáculos a serem superados pelos conciliadores. O tradicionalismo foi empregado para justificar uma forma de ação estagnada, antiga, sem vínculo com a possível ampliação das peculiaridades de uma nova ação social; e compreendido como a reação original a deliberadas tendências reformistas, que no seu projeto originário apontavam para mudanças estruturais na sociedade.

Para esboçar o que representa uma aristocracia tradicional, basta identificar quanto manteve o poder final de veto, impedindo que as mudanças radicais fossem colocadas em prática, como as produzidas pelas reformas ou revoluções sociais, como explica Honório:

Se a violência não é o elemento histórico fundamental da vida brasileira, como o foi em outras partes, se as aspirações de tolerância predominavam, se a mestiçagem abrandou as relações sociais, a verdade é que nunca tivemos uma Revolução. O terror e a força foram utilizados no começo para manter submissos índios e negros e mais tarde para manter oprimido o povo ou derrotar suas aspirações. (RODRIGUES, 1965: 103).

Os representantes do tradicionalismo, tendo como expoentes os integrantes da aristocracia agrária arcaica, colocaram-se contrários a qualquer avanço da sociedade brasileira. Um exemplo é o contexto pós independência que, ao invés de criar um Estado autônomo, reproduziu todo o sistema político da Metrópole:

O Brasil foi o único país do Novo Mundo que fez a Independência com a instituição de um regime monárquico, idêntico ao da Metrópole. Não se recorreu a dinastia estrangeira, e a emancipação política assumiu a aparência de um desenvolvimento natural, freando as tendências à anarquia civil, e contribuindo para conservar intacto o patrimônio territorial da América Portuguesa. A consequência imediata da unidade foi o gigantismo dos problemas e das tarefas, desafio que, desde a Independência, tiveram de enfrentar as minorias dirigentes. Gigantismo acrescido de várias dificuldades, para uma população precocemente dispersada e que, no exclusivismo colonial e no isolamento nacional, só fez regredir, tornando-se insuficiente, econômica e espiritualmente. Revelava também, essa sua primeira ação política, uma capacidade muito plástica de acomodamento político, que se prende à contemporização e à capacidade de adaptação. A solução era facilitada pela própria reconstituição da sociedade patriarcal, dividida em duas castas, a dos senhores e dos escravos. (RODRIGUES, 1970: 56).

Assim, José Honório explica como as forças presas a um passado impediam a sociedade brasileira de ampliar sua organização social em sentido mais amplo, ou seja, atender as aspirações de um maior número de integrantes.

As colisões e antagonismos entre forças renovadoras e a liderança arcaica foram sempre o aspecto político dominante no Brasil e daí as monstruosidades sociais e educacionais que presenciamos. O processo histórico brasileiro tem sido dirigido por espectros num organismo vivo, que é o povo, responsável maior pelas maiores conquistas, a unidade linguística e política, a expansão e integridade territoriais, a homogeneidade cultural, a tolerância racial e religiosa. (...) Nenhuma reforma foi completa



e a própria Abolição não se concluiu com a reforma agrária, embora o retardamento tivesse impedido na abolição da escravatura a indenização dos proprietários. Os remendos dos fósseis são culpados da ressurreição dos problemas. Por isso a gerações sucessivas, jovens e velhos, ouvem sempre falar no *Brasil a beira do abismo*. (RODRIGUES, 1965: 18).

A interpretação de nosso atraso, do processo letárgico que impede as grandes reformas fica por conta da ação de uma elite pequena que não vislumbra qualquer possibilidade de mudança nos rumos sociais e políticos do país. Nesse sentido, seria necessário encontrarmos lideranças razoavelmente capazes de implementar tais reformas:

O processo histórico brasileiro compõe-se de mais de instantes de retardamento que de instantes de aceleração e a liderança tem sido mais dominadora que criadora. A metamorfose pode ainda demorar, embora o prazo histórico esteja se esgotando (...). Da luta entre uma facção composta de condutores cegos e outro que prefere conduzir uma caminhada reformista depende o destino do desenvolvimento do processo histórico do Brasil. A primeira é apenas dominadora, a outra é criadora. A revolução deve ser a vitória do contemporâneo e não a sobrevivência do arcaico (RODRIGUES, 1965: 19).

Segundo José Honório, os retardamentos e a impossibilidade de modernização são as características marcantes da elite agrária no controle do Estado, pois sua ação “assolada no tradicionalismo” (RODRIGUES, 1970: 58), impede o movimento em busca de aspectos reformadores do país. O grande obstáculo, sem dúvida, é a condição típica dessa liderança, que não contempla os setores subalternos e muito menos “reforma a sociedade brasileira”. (RODRIGUES, 1965: 21).

A respeito da conceituação do tradicionalismo recorrente na ação das lideranças políticas, a tematização de Karl Mannheim é elucidativa. Para o autor o tradicionalismo, como forma de expressão de certos intelectuais em um contexto de específico movimento social, representa um modo de avaliação social que a princípio é contrário ao movimento derivado da razão. Por isso o “aspecto mágico”, segundo Mannheim, é uma das bases teóricas que explica o tradicionalismo. O princípio de atuação no campo político expressa um liberalismo que era entendido como o direito do indivíduo agir como desejasse e achasse adequado e, especialmente, como o direito ao exercício irrestrito e inalienável dos “direitos dos homens”.

De acordo com os princípios e conceitos de direitos dos homens, é somente ao transgredir os direitos de seus concidadãos a liberdade de um homem sofre qualquer restrição. A igualdade é o corolário lógico desse tipo de liberdade – sem a suposição de igualdade política para todos os homens, ela é destituída de sentido. Na realidade, contudo, o liberalismo nunca pensou a igualdade como algo mais que um postulado. Ele certamente nunca a considerou como uma questão de fato empírica e, na verdade, nunca exigiu a igualdade na prática para todos os homens, exceto no curso de disputas econômicas e políticas. No entanto, o pensamento conservador deturpou esse postulado em uma declaração de fato, fazendo parecer que os liberais estivessem pretendendo que todos os homens eram, de fato e sob todos os aspectos iguais. (MANNHEIM, 1982: 121).

A condição de manter o tradicionalismo, controlando a esfera política antes da constituição de um sistema político razoavelmente organizado, é a base da ação política tradicional, em oposição à ação conservadora, que está associada a “um conjunto de circunstâncias concretas” (MANNHEIM, 1982: 2). No Brasil esse tradicionalismo fez com que a lógica da organização partidária – um exemplo é o que ocorreu durante quase todo o período imperial – fosse “naturalizada” e sua reprodução mantida como uma necessidade da “Nação” brasileira:

A política nacional exercida pelos dois partidos e suas combinações transitórias foi sempre antirreformista. Preferiu conciliar para não reformar. Unindo todos os interessados na defesa do *status quo* e dos privilégios, evitam-se as ameaças radicais e populares, que puseram em perigo a estabilidade institucional, especialmente entre 1831 e 1840. A conciliação e as ligas visam a defender a ordem e a estabilidade, nas estranhas combinações entre conservadores e liberais moderados. Com isto excluíram-se os radicais, os exaltados, que aspiravam às reformas de estrutura. (...) Deste ponto de vista,



nada foi feito no Império. Antiprogredistas – pois sabiam que progredir era reformar, os políticos imperiais eram desvinculados da realidade nacional e queriam que o povo fosse o que não era. Mas nada ou muito pouco fizeram para transformá-lo, educá-lo, beneficiá-lo sanitariamente. O povo era um fantasma. Antinacionais pela desvinculação, antiprogredistas pelo antirreformismo, liberal e conservador não foram imunes a alienação, sem notar a singularidade do país que dirigiam. Doutrinas políticas, estilos parlamentares, instituições, projetos de lei tudo seguia modelos europeus. (RODRIGUES, 1965: 5).

Esse modelo organizativo da política nacional representava, para a análise honoriana, os acordos e as relações desprezíveis que os setores que compunham a liderança durante o período do Império articulavam em troca da perpetuação de seus interesses. Assim, a composição de dois grupos políticos que ao longo do período imperial não apresentavam divergências consistentes ou mesmo que tivessem propostas antagônicas para levar adiante um projeto alternativo e integrador para a sociedade brasileira, naquele cenário não constituíam uma expressiva diferença, por exemplo entre Luzia ou Saquaremaⁱⁱⁱ. Além disso, práticas retrógradas e conservadoras estiveram presentes com frequência, não diferenciando o tipo de liderança encarregada de controlar o Estado, pois a lógica era invariavelmente a mesma. Para Honório:

O tradicionalismo, o irrealismo, o personalismo e a corrupção são defeitos da minoria e deles resultam as insuficiências populares. A arte de furar é nobre e antiga, praticada pelas minorias e não pelo povo. O povo não rouba, é roubado. Os antinacionais os caiados enfileiram-se na minoria, mas os segundos nascem do povo. Sempre se desrespeitou o princípio de que os grandes momentos criadores da nossa história – e não constituem exceção na história universal – resultam da colaboração íntima e estreita entre a liderança e povo. Cria-se uma tendência que só a liderança cruenta tem o monopólio do poder político. (RODRIGUES, 1965: 120).

Esse aperfeiçoamento de determinadas tendências nada mais é que o resultado de um aprimoramento societário que levou inexoravelmente a compartimentações no campo reflexivo à medida que havia a superação da ordem anterior. No Brasil, com a estrutura colonial sem uma vida dinâmica que ampliasse as relações de capital, seria inevitável que novas concepções sociais e intelectuais se consolidassem. Tal particularidade, no que diz respeito ao desenvolvimento das condições de identificação de um liberalismo político, ficou impossibilitada e mesmo o liberalismo econômico ficou limitado às restrições do Estado brasileiro.

Nesse sentido, a *consciência limite*^{iv} - que busca maior dinâmica e modernização do Estado, tendo como meta o “estabelecimento da unidade nacional, a participação do povo no governo do país, a incorporação do Estado na ordem econômica mundial e a solução das questões sociais” (MANNHEIM, 1982: 16) – no Brasil não figura como uma proposta entre as principais metas daqueles que controlam o Estado brasileiro, principalmente porque entre nós não ocorre o advento do povo no cenário político e social.

A relação entre sociedade e poder é forte a ponto de vigorar certa tendência de desenvolvimento das divisões em estreita relação com as tensões advindas das tentativas de solução de problemas fundamentais da estrutura social. Dessa forma, é fundamental o entendimento de generalização e consolidação do pensamento tradicionalista, principalmente devido ao “caráter dinâmico do mundo moderno e está dinâmica estando pautada pela diferenciação social, sendo a responsável em arrastar consigo o intelecto humano.” (MANNHEIM, 1982: 115).

Desse modo, nos parece correto, seguindo as prerrogativas de Mannheim, que o contexto sociológico em que o pensamento tradicionalista ganha espaço é o cenário onde o conflito de classes começa a ganhar maior repercussão. Florestan Fernandes (2006), em análise a respeito das “implicações socioeconômicas da independência”, explica como a ideologia liberal foi utilizada, não para o desenvolvimento de um “mercado livre”, mas para atender os interesses senhoriais em relação à “tutela colonial”. Para o autor:

Contudo, concretizada a independência e garantida a estabilidade do novo regime político, ela – ideologia liberal – se anula como polarização dinâmica específica dos interesses senhoriais (em consequência do desaparecimento das tensões provocadas pela “tutela colonial”), mas ganha força e importância crescentes como polarização dinâmica específica dos interesses de integração nacional



princípio da representação e da democratização do poder político no nível dos estamentos dominantes. (FERNANDES, 2006: 58).

Acreditamos que José Honório Rodrigues, na defesa das legítimas aspirações e interesses do povo, busca identificar como determinados atores do cenário político e social brasileiro tentaram realizar, no limite de suas possibilidades de ação, um projeto de conciliação com o povo. Para Honório, esse seria o mecanismo mais coerente, pois possibilitaria a tentativa de uma ação política que dinamizasse e modernizasse o Estado brasileiro, além disso, teríamos a possibilidade de ruptura com o conservantismo das lideranças oligárquicas que foram responsáveis por uma má administração do Estado, não impedindo o povo de ter seus interesses atendidos, o que resultou nas tentativas de organização dos movimentos que expressassem seus interesses, pois historicamente esse povo, sempre capado e sangrado.

Conclui-se que a interpretação de José Honório Rodrigues evidencia que a política de conciliação operou historicamente como mecanismo estruturante da dominação oligárquica, ao bloquear reformas substantivas e neutralizar as demandas populares, contribuindo para a perpetuação de um liberalismo restrito e excludente. Tal dinâmica consolidou uma elite dirigente cuja lógica antirreformista produziu tanto a naturalização das desigualdades quanto a recorrência de episódios de “história cruenta” sempre que os setores subalternos tensionaram os limites da ordem vigente. A contribuição honoriana reside, portanto, em demonstrar que a superação do atraso histórico brasileiro depende da constituição de lideranças criadoras e de um projeto nacional fundado na ampliação democrática do Estado, na participação política efetiva do povo e na ruptura com o tradicionalismo que historicamente capturou o poder e inviabilizou as legítimas aspirações nacionais.

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Globo. 2006.
- GOLDMANN, Lucien. *Le Dieu caché : étude sur la vision tragique dans les « Pensées » de Pascal et dans le théâtre de Racine*. 1ª ed. Paris: Gallimard. 1959.
- LOWY, Michel. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. 5ª ed. São Paulo, SP: Editora Cortez. 2003.
- MANNHEIM, Michel. *Sociologia (coleção grandes cientistas sociais – organização Marialice M. Foracchi)*. 1ª ed. São Paulo, SP: Editora Ática. 1982.
- MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 5ª ed. São Paulo, SP: Editora Hucitec. 2004.
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-político*. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira. 1965.
- RODRIGUES, José Honório. *Aspirações Nacionais: interpretação histórico-político*. 4ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira. 1970.
- RODRIGUES, José Honório. *Tempo e Sociedade*. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 1986

NOTAS

ⁱ A primeira edição data de 1963, no presente artigo utilizaremos a 4ª edição da obra de 1970

ⁱⁱ Michel Lowy explica que: “Queremos insistir em dois aspectos para a compreensão da *visão social do mundo*: trata-se de um conjunto relativamente coerente de ideias sobre o homem, a sociedade, a história, e sua relação com a natureza e esta visão do mundo está ligada a certas posições sociais, isto é, aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais. As visões de mundo podem ser ideologias ou utopias. Elas podem combinar elementos ideológicos ou utópicos: por exemplo, a filosofia do iluminismo. Além do mais, uma mesma visão de mundo pode ser concebida de modo ideológico ou utópico. Enfim, a mesma visão de mundo pode ter um caráter utópico num dado momento histórico, para tornar-se ideológico, em seguida, numa ulterior, uma ideologia.” (Lowy, 2003: 13).



ⁱⁱⁱ Segundo Ilmar R. de Mattos (2004: 115): “Era comum ouvir-se dizer, em meados do século passado, não haver *nada tão parecido com um Saquarema que um Luzia no poder*. (...) O provérbio imperial chegou até nós. Não raro, políticos, homens de Estado, historiadores e demais cientistas sociais evocam-se para caracterizar, com base em uma ótica negativa, os partidos políticos no Brasil.”

^{iv} A *consciência limite* de Lucien Goldmann (GOLDMANN, 1959: 27), refere-se ao máximo de consciência possível que uma classe social pode atingir em um determinado momento histórico, dentro de seus limites sociais e estruturais. Essa consciência, ou "consciência possível", é a potencialidade de um grupo para compreender a estrutura de sua existência, indo além da consciência real (ou imediata) que se manifesta na experiência cotidiana e que muitas vezes é limitada por ilusões ou deformações. Goldmann analisa como a estrutura da vida social e a divisão do trabalho influenciam a formação dessa consciência, que busca desvendar as relações ocultas sob a superfície da realidade.

